

# IMPACTOS DA LEI DO PISO SALARIAL NACIONAL NO MUNICÍPIO DE PINDAÍ-BA E SUAS IMPLICAÇÕES NA VALORIZAÇÃO DOCENTE: SENTIDOS DOS/AS PROFESSORES/AS

Eliara Cristina Nogueira da Silva Teixeira – UESB<sup>1</sup>

Cláudio Pinto Nunes – UESB<sup>2</sup>

**Resumo:** Esta pesquisa visa a analisar os impactos provocados pela implantação da Lei do Piso Salarial profissional nacional (PSPN), no município de Pindaí-BA, e suas implicações na valorização docente, a partir dos sentidos atribuídos pelos/as professores/as. Está alicerçada nos pressupostos teórico-metodológicos da abordagem qualitativa de base fenomenológica, que se preocupa em compreender o significado que os acontecimentos e as interações têm para as pessoas vulgares em situações particulares, sendo enfatizado o componente subjetivo do comportamento das pessoas. O Estudo de Caso é a estratégia metodológica usada e a Entrevista narrativa, a técnica principal de coleta/produção de dados, que serão tratados considerando os pressupostos da análise de conteúdo. Assim, o presente estudo organiza-se da seguinte forma: 1º) é debatida a configuração a valorização docente e o PSPN na legislação educacional brasileira, da primeira lei educacional do Brasil à Lei n.º 11.738/2008, “Lei do Piso”; 2º) é evidenciado o levantamento da produção acadêmica, publicada entre 2008 e 2013, o que permitiu identificar o que já se publicou sobre o tema, contribuindo para o delineamento do nosso objeto de pesquisa, bem como para a escolha dos sujeitos, os professores, e suas narrativas, de forma a evidenciar os sentidos que esses atribuem a essa política educacional; por fim, encerra-se com a parte empírica da pesquisa, ainda em construção, que trará o panorama educacional de Pindaí e os sentidos e significados evidenciados na pesquisa, cuja análise será realizada sem a intenção de emitir conclusões definitivas, mas de favorecer a possibilidade de configuração de novas pesquisas sobre o tema.

**Palavras-chave:** Lei do PSPN; Valorização Docente; Sentidos dos/as Professores/as.

A luta pela valorização docente, que se apoia no tripé formação, carreira e salário, é imperativa na história educacional brasileira. Segundo Leher (2010), essa valorização abrange dimensões tanto objetivas – regime de trabalho; piso salarial profissional; carreira docente com possibilidade de progressão funcional; concurso de provas de títulos; formação e qualificação profissional; tempo remunerado para estudos, planejamento e avaliação, assegurado no contrato de trabalho, e condições de trabalho – quanto subjetivas – reconhecimento social, autorrealização e dignidade profissional.

---

<sup>1</sup>edyaraegui@hotmail.com. Pedagoga e Mestranda em Educação na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

<sup>2</sup>claudionunesba@hotmail.com. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Professor/Orientador no Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

O salário e/ou a remuneração condigna dos professores do magistério público que se constitui num importante insumo para o reconhecimento social da profissão docente, consubstanciou a criação de diversas leis, decretos, emendas constitucionais, etc., desde os primórdios aos dias atuais. Da primeira lei educacional no Brasil (1827) até a Lei n.º 11.738/2008 (BRASIL, 2008), que regulamentou o Piso Salarial Profissional Nacional para os Professores da Educação Básica (PSPN) foram necessários 181 anos de tensões, embates, lutas e conflitos entre o poder público e a sociedade, representada pelas entidades sindicais. Assim, embora fosse necessário quase dois séculos para criação do PSPN, a Lei emerge trazendo consigo a resistência de muitos governadores e prefeitos, nas diversas regiões brasileiras, inclusive no Município de Pindaí, na Bahia. Dada à complexidade nacional e local do fenômeno em questão, é que o escolhemos como objeto da nossa pesquisa de Mestrado em Educação, na Linha de Políticas Públicas e Gestão da Educação, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Diante do exposto, esta pesquisa tem por finalidade: investigar através do estudo minucioso da trajetória histórica da construção de um piso salarial nacional, os impasses e avanços enfrentados durante o processo de implantação deste no âmbito nacional e local, desvelando quais fatores, realmente, tem impedido o efetivo cumprimento desta Lei; e, principalmente, analisar os sentidos atribuídos pelos/as professor/as à Lei do Piso, enquanto política pública de valorização docente. Isto é, pretende-se com os resultados desta pesquisa, contribuir para o melhor entendimento dessa lei, os impactos sociais, políticos e econômicos oriundos da sua implantação, favorecendo uma melhor compreensão do processo e a busca de meios para sua efetivação.

Finalmente, apresentadas as razões da escolha da Lei do Piso como objeto dessa pesquisa de Mestrado em Educação, necessário se faz discorrer sobre a configuração geral da pesquisa. O Capítulo I versará sobre os pressupostos metodológicos que orientaram a pesquisa. Intitulado “Percurso Metodológico”, o referido capítulo apresentará a abordagem qualitativa como método escolhido, cujos fundamentos teóricos baseiam-se na perspectiva fenomenológico-hermenêutica. Segundo Bogdan e Biklen (2013), a fenomenologia, influenciada pelos filósofos Husserl e Schutz, se preocupa em compreender o significado que os acontecimentos e as interações têm para as pessoas vulgares em situações particulares; sendo enfatizado o componente subjetivo do comportamento das pessoas.

Desta forma, a pesquisa sobre “Impactos da Lei do Piso Salarial Nacional no município de Pindaí – Bahia e suas implicações na valorização docente: Sentidos dos/as

professores/as” investigará o fenômeno em questão, principalmente pela perspectiva dos sujeitos prioritários dessa política pública, os professores da rede municipal de Pindaí. Sobre a importância de se trabalhar com o sentido e/ou significado que os sujeitos atribuem às situações de sua vida cotidiana, característica mais marcante da nossa pesquisa, Bogdane Biklen (2013), expõem que uma das características da investigação qualitativa é a de que o significado é de importância vital na abordagem qualitativa.

No que se refere à discussão sobre “sentido”, o nosso estudo se apoiará nos conceitos de Leontiev (2004) e Charlot (2000). Leontiev (2004) assim define o termo: “[...] sentido é antes de mais nada uma relação que se cria na vida, na atividade do sujeito” (p.103). Para Charlot (2000), sentido é sempre o sentido de um enunciado, produzido pelas relações entre os signos que o constituem, signos estes que têm valor diferencial em um sistema. Desse modo, em ambos os autores, os conceitos se aproximam, haja vista eles defendem que a noção de sentido implica a existência de um conjunto de fatores os quais têm relação com o sujeito. Isto é, “o sentido é, pois, produzido a partir das relações que os sujeitos estabelecem com outras pessoas e com o mundo que as cerca” (NUNES, 2011, p.57).

Das metodologias existentes dentro da abordagem qualitativa, a estratégia escolhida foi o estudo de caso, por se tratar de uma investigação relacionada a um acontecimento contemporâneo, num local específico e, pela capacidade deste em lidar com uma variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações – além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional (YIN, 2003). E, como técnicas de coletas de dados foram/serão utilizados: pesquisa documental e bibliográfica, questionários e “entrevistas narrativas” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2014), sendo esta última (técnica), a que terá maior destaque na análise do fenômeno estudado. Na análise das entrevistas narrativas, por sua vez, serão utilizados os pressupostos da “análise de conteúdo” de Philipp Mayring, que de acordo tradução e sistematização feitas por Jovchelovitch e Bauer (2014), foi denominada “análise temática”. Finalmente, necessário se faz ressaltar que a análise só produzirá bons resultados à luz do aporte teórico, entrelaçando empiria e teoria durante todo o percurso da pesquisa, de forma que as perspectivas teóricas ajudem a interpretar as significações e/ou os sentidos que os sujeitos dão às suas experiências de vida, pessoais e coletivas.

A Valorização docente e o Piso Salarial Nacional para o Magistério Público na Legislação Brasileira é o tema abordado no Capítulo II. Nele é apresentado o percurso

histórico da (des)valorização dos professores da educação básica no Brasil de forma a propiciar o entendimento dos embates travados na luta pelo regaste da função social da profissão docente e sua materialização na Lei do PSPN. Também é analisada a relação existente entre as reformas de Estado ocorridas no Brasil nos anos 1980, 1990 e 2000 e as Organizações Internacionais (Banco Mundial e FMI), avaliando de que modo esta influenciou as políticas educacionais no Brasil, gestadas neste período. As políticas de valorização docente e o piso salarial nacionais são discutidos conforme a configuração que obtiveram na legislação brasileira, da Constituição Federal de 1988 até a Lei do Piso, enfatizando a Política de Fundos (FUNDEF e FUNDEB). Finalmente, a Lei do PSPN é apresentada na íntegra, estabelecendo uma análise comparativa entre o Projeto de Lei 619/2007, enviado pelo Poder Executivo, e a Lei n.º 11.738/2008, que foi construída com a participação efetiva de entidades sindicais, principalmente, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Nesta etapa foram consultadas obras de importantes teóricos, como Monlevade (2000), Vieira (2007), Anderson (1996), Abicalil(2008), entre outros.

No Capítulo III é apresentada a análise da produção acadêmica sobre a valorização docente e o piso salarial, levando em consideração artigos publicados na Anpae, Anped e resumos de dissertações e teses da Capes, entre os anos 2008 e 2013, onde foram destacadas considerações importantes, entre elas: a) houve avanços nas normas legais no âmbito federal, mas há a necessidade de uma política realmente efetiva de formação, valorização, e remuneração; b) e, ainda há muitas disparidades entre a remuneração dos docentes, que precisa ser bem equacionada para dar sustentação ao PSPN. Também é preciso destacar que nenhuma pesquisa sobre a temática se preocupou em analisar esta política sob a perspectiva e/ou os sentidos atribuídos pelos/as professores/as.

O Panorama Educacional do Município de Pindaí – BA e os sentidos que os/as professores/as atribuem à Lei do Piso Salarial Nacional como política pública de valorização docente é o tema do último capítulo, que se encontra em construção e se ocupará da parte empírica da investigação. Neste, será historiada a educação do município, com destaque para as políticas de valorização docente nas décadas de 1980, 1990 e 2000, expondo como estas repercutiram na organização da carreira docente, inclusive na remuneração do magistério. Em seguida, serão expostas as análises das entrevistas narrativas com os/as professores/as, que será realizada estabelecendo-se a triangulação entre estas, os questionários aplicados com os profissionais do ensino, a análise documental e bibliográfica realizadas anteriormente, de forma a construir um novo aporte teórico.

Por fim, as considerações finais da pesquisa se remeterão aos aspectos já tecidos sobre o objeto de estudo, buscando fazer uma síntese das constatações e das análises produzidas no percurso da investigação, sem a intenção de emitir conclusões definitivas, mas de favorecer a possibilidade de configuração de novas pesquisas sobre o tema.

## REFERÊNCIAS

ABICALIL, Carlos Augusto. Piso Salarial: constitucional, legítimo, fundamental. *Retratos da Escola*, Brasília, DF, vol. 2, n. 2-3, p. 67-80, jan./dez. 2008.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto, 2010.

BRASIL. **Lei Federal n.º 11.278**. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília: 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm). Acesso em 12/08/2014.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. 18. Ed. . Petrópolis: Vozes, 2000.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. A entrevista narrativa. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90-113.

LEHER, Roberto. Valorização do magistério. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. 2. Ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MONLEVADE, João Antônio Cabral. **Valorização Salarial dos Professores: o papel do piso salarial profissional nacional como instrumento de valorização dos professores da educação básica pública**. 2000. 317 f. Tese (Doutorado em Educação). Unicamp, Campinas, SP.

NUNES, Cláudio Pinto. **Ciências da Educação e Prática Pedagógica**: Sentidos atribuídos por estudantes de Pedagogia. Ijuí: Unijuí, 2011.

VIEIRA, Juçara Maria Dutra. **Identidade Expropriada**: retrato do educador brasileiro. 2.ed. Brasília: CNTE, 2004.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.